



Mídias Livres: Redes Colaborativas e Configurações de Ativismo¹

Flávia Frossard²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Resumo

Esse artigo visa analisar o processo de produção e distribuição de informação pelas mídias digitais como meio de produção de mídias livres. Pensando essa mídia livre como produto da colaboração e da articulação de usuários comuns, que produzem e distribuem conteúdo online buscando uma democratização da comunicação. Além disso, é apresentado uma breve análise desses usos e produções da mídia livre em configurações de ativismo.

Palavras-chave: Midia Livre; Redes Colaborativas; Biopolítica; Internet.

1. Introdução

Negri & Hardt (2001) defendem que vivemos hoje um processo de pós-modernização ou informatização, no qual deixamos uma economia moldada pela produção fabril e entramos em outra moldada pela prestação de serviços e produção de informação. Nesse sentido, “o novo imperativo administrativo é ‘trate o fabril como se fosse um serviço’” (HARDT & NEGRI, p.307, 2001). Essa mudança gera transformações em nossa sociedade, especialmente na qualidade e natureza do trabalho, cuja forma que se assume como determinante na nova economia é o trabalho imaterial.

Nesse contexto, a produção industrial de informação entra em colapso, produzindo a descentralização da produção midiática na qual a rede é o principal suporte. Logo, a informação e a comunicação passam a ser as verdadeiras mercadorias produzidas e a rede se torna tanto lugar da produção como da distribuição de conteúdo. Há uma política contra os sistemas de enquadramento do poder, com apresenta Michel Foucault, como poder entendemos:

A multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional

¹ Trabalho apresentado no GT – Cibercultura, na Divisão Temática Multimídia, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação e Cultura na ECO PPGCOM/UFRJ. Bolsista Capes. Email: flaviafrossard@gmail.com.



toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.
(FOUCAULT,1988, p.102)

A transição das sociedades da soberania para as sociedades disciplinares, gerou uma mudança na estratégia de gerir a sociedade. O Biopoder então, surge com a função de gerir a vida, o poder passa a se desenrolar sobre a vida e a morte é o limite, o momento que lhe escapa. A era do Biopoder pode ser compreendida então como o momento da sujeição dos corpos e o controle das populações. Esta era foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que com o controle dos corpos no processo de produção foi possível ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos.

No entanto, no momento em que o trabalho imaterial passa a ser a verdadeira mercadoria produzida, há uma política da vida, uma biopolítica. Michel Foucault (1988, p.155) entende como biopolítica “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.” Para Negri & Hardt, a biopolítica surge como a produção de relações sociais e formas de vida concretas. Para os autores, o biopoder impõe a sua ordem enquanto “a produção biopolítica, em contraste, é imanente a sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”(NEGRI,HARDT,2005, P.135).

A produção de informação, buscando uma mídia livre neste contexto, pode então ser claramente compreendida como o uso da biopolítica uma vez que tem sua autonomia desterritorializada e busca transformar a produção de informação numa massa autônoma de produtividade que usa a inteligência coletiva como forma principal de produção. E com o uso das tecnologias para produção de mídia livre, ampliam-se as possibilidades de distribuição da informação e de divulgação dessas mídias.

Entretanto, é importante ressaltar que essas mesmas tecnologias que podem ampliar as maneiras de emissão, também podem se tornar câmeras de monitoramento, ou seja instrumentos de controle e vigilância. Isso porque uma vez que os agenciamentos disciplinares não aprisionam as produções colaborativas, gera-se um mecanismo de vigilância na busca pela formação de novos dispositivos de controle.



Apesar dessa tentativa de instaurar o controle na rede, os próprios movimentos midiavivistas já apresentam novas formas de produção cultural. Essas são independentes e cidadãs, como os pontos de mídia livre e a produção cultural local, na busca por um verdadeiro Estado Democrático, que defende a liberdade de imprensa e de acesso a informação como será apresentado no decorrer deste trabalho.

2.A Colaboração para Produção de Mídias Livres

Para se tornar a ser vivo, para ser novamente mestre do seu destino, para se reafirmar como sujeito da história, ele deve operar uma reversão da reificação: a revolução, a reversão da reversão, a subjetivação do trabalho morto, a transformação do objeto e do sujeito. (LAZZARATO, 2006, p. 250)

A colaboração e o uso das novas tecnologias abrem uma perspectiva nova para a produção de mídias livres. A popularização das tecnologias de informação e comunicação, em conjunto com a expansão do acesso à Internet e com a evolução das interfaces criativas vêm modificando substancialmente o cenário da comunicação mundial. A massa, antes traduzida em audiência transfigura-se em uma multidão produtiva, reconfigurando o processo comunicacional, que deixa de se caracterizar pela unidirecionalidade homogeneizante e passa a ser pluridirecional e, por isso mesmo, heterogêneo. Potencialmente, a Internet possibilita uma produção distribuída a partir de seus *peers*³ (nós) em um modelo de comunicação de todos para todos, o que contribui para o aumento da multiplicidade de expressões singulares no ciberespaço.

A rede mundial de computadores fundamenta-se então na interação, ou seja, na recepção e produção simultânea de conteúdos. Essa lógica funciona de maneira inversa a produção das mídias tradicionais, uma vez que as novas tecnologias não estão sob controle, seja público ou privado. Dessa maneira essas mídias digitais têm sido amplamente usadas como meio para produção de mídia livre.

A mídia livre é também uma mídia colaborativa, uma vez que de forma simples e acessível gera um compartilhamento de idéias e facilita a sua própria formação. É um meio de troca de idéias, formação de um espaço midiático compartilhado, pluralidade de

³ Traduzido para o português como ponto ou nó. É, simplificarmente, o elemento constituinte da grande rede rizomática que é a Internet.



vozes, produção descentralizada de conteúdo e, portanto, um espaço para a produção do comum. Segundo Segundo Negri & Hardt (2005, p.266), “o comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção.”

No ambiente do movimento político midialivrista, há uma busca pelo estabelecimento de políticas democráticas da comunicação, além de políticas de participação popular no campo da comunicação e a criação de uma ferramenta colaborativa que reúna diversas iniciativas de mídia livre e contemple a diversidade de atuação dos veículos e dos midialivristas. Esse movimento político vai ao encontro da idéia de comunicação como direito humano e quer alcançar a inclusão pela pluralidade, e a gestão coletiva de informação. Para Ivana Bentes (2008), em palestra durante o primeiro Fórum de Mídia Livre, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os “midialivristas devem se apropriar das novas tecnologias de comunicação a fim de ampliar sua atuação e oxigenar a mídia tradicional, hoje presa ao corporativismo e a uma linguagem reducionista e reprodutora de preconceitos sociais de toda ordem.”⁴

O processo de produção de mídia livre gera a emergência de um novo indivíduo, o cognitariado, um indivíduo que pode ser reconhecido como comunidade consciente e que faz parte do grupo de trabalhadores do imaterial e difusores de conhecimentos, um valor que pode ser partilhado pela multidão. É a definição social do trabalho cognitivo e traduz a junção do conceito de cognitivo e proletariado. Essa reflexão tem origem na noção marxiana de *General Intellect* que segundo Bifo (2005,p.73):

General Intellect quer dizer apenas aquilo que pretende dizer: a forma geral da inteligência humana enquanto se torna produtiva, na esfera do trabalho social global e da valorização capitalista, ou seja, os poderes da ciência e da tecnologia postos em ação pela cooperação social e finalizados na intensificação da produtividade e, portanto, do aumento da mais valia.

Dessa maneira, é possível compreender que o capital não se reduz a sua forma industrial e sim que com a redução do trabalho material necessário, aumenta-se o tempo de trabalho cognitivo necessário a produção de valor. A chamada economia material a cada momento depende mais de elementos imateriais que se agregam a ela e a qualificam. É

⁴ Relato da palestra disponível no blog “Vi o Mundo” < <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/forum-revigoramovimento-pela-democratizacao-da-midia/>>. Acessado em 02/10/2009.



então, por essa necessidade de produção de trabalho imaterial na busca por mídias livres que se produz a emergência do cognitariado, também chamado de precariado cognitivo.

Além disso, com a emergência do cognitariado, começam a surgir algumas conseqüências reais para a sociedade. No Brasil, por exemplo, pode ser destacado a queda do diploma de jornalista, que reforçou o potencial do capitalismo cognitivo uma vez que com isso foi ampliada a constituição de produtores simbólicos de trabalho imaterial, como midialivristas e jornalistas autônomos, que passam a ser a nova força de trabalho vivo. Esse acontecimento, colocou em questão o papel dos meios de comunicação centralizadores da informação, que trabalham na lógica do “tudo é meu”, ou seja estão sempre ávidos pelo controle da informação e da produção desse conteúdo.

Nesse contexto, diversos exemplos de mídias livres podem ser apresentados como resultado dessa mobilização política, como a criação de pontos de mídia livre, nos mesmos moldes dos Pontos de Cultura criados pelo Ministério da Cultura, iniciativas de comunicação compartilhada, incluindo sites, rádios, fanzines, revistas, blogs, TVs, coletivos e outras mídias. Dentre esses é interessante destacar a produção da revista *Global*, que é uma produção colaborativa que privilegia o debate entre os vários participantes da lista de discussão da Universidade Nômade. Além disso, um outro exemplo é o do Coletivo *Intervozes* que é formado por diversos associados de inúmeras partes do Brasil que produzem ações locais de mídias livres. Já a nível mundial o *Agora Vox* se destaca na produção coletiva de jornalismo participativo com uma plataforma multimídia que dá voz ativa a qualquer cidadão interessado em publicar notícias.

Então, é preciso compreender o discurso vivo, ver que a relação das palavras do outro é um encontro acontecimental, a conversa é importante na transmissão e discussão do discurso e das palavras do outro, é fundamental na formação da mídia livre. Como pontua Lazzarato (2006, p.162), “A conversa representa o meio vivo, o agenciamento coletivo de expressão em que se forjam os desejos e as crenças que constituem as condições necessárias à formação dos valores”.

Segundo Dan Gillmor (2005, Introdução), com o crescimento das produções colaborativas online, como o jornalismo participativo, que o autor nomeia como jornalismo cívico, “a possibilidade de qualquer pessoa fazer notícia dará nova voz as



peças que se sentiam sem poder de fala”. Ou seja, a própria práxis jornalística se abriria fortemente, à colaboração e a publicação se transforma em não apenas o ponto final, mas sim a parte que deverá ser completada pela conversação. Dessa forma, são favorecidas as políticas democráticas de comunicação, e de participação popular no campo da comunicação uma vez que o aparelhamento tecnológico da sociedade que, principalmente, através da internet, possibilitam às pessoas a produzirem informações e conteúdos multimídia e os distribuírem, em diversos formatos, em redes sociais online, em sites independentes, fortalecem e fomentam a produção de mídias livres.

2.1 A mídia livre é produto da colaboração

Na história da cultura, está claramente marcado que nunca se possibilitou tanto a descentralização dos meios de produção como atualmente. Computadores pessoais, câmeras fotográficas digitais, câmeras de vídeo, equipamentos para músicos, DJs, VJs, softwares livres são exemplos de ferramentas que possibilitam essa descentralização. A produção colaborativa fomenta e gera novas mídias livres a todo instante e deixa claro que essas mídias são em geral produtos dos processos colaborativos. Essas redes colaborativas podem ser caracterizadas pela união de esforços de maneira participativa, produzindo complementaridade aos trabalhos que vão sendo desenvolvidos, em torno de propósitos comuns. Com interações entre as várias células, que podem e devem estar interligadas de diversas maneiras.

Entretanto cabe ressaltar uma questão interessante, como nos pontua Chris Anderson, “o fato de qualquer um ser capaz de produzir conteúdo só é significativo se outros puderem desfrutá-lo. O PC transformou todas as pessoas em produtores e editores, mas foi a Internet que converteu todo mundo em distribuidores.” (Anderson, 2006, p.53) Ou seja, além de produzir conteúdo e gerar a mídia livre é importante que essa seja difundida e alcance outros leitores, ávidos pela informação livre. Nesse ponto, foi a internet que em grande parte possibilitou a distribuição de conteúdos e a abrangência das mídias livres por um grupo maior de expectadores. Hoje é possível que as mídias livres online alcancem milhares de pessoas a nível global em alguns segundos.



Essa distribuição tem colocado em xeque o direito autoral tradicional e gerado novas formas de direito que buscam a possibilidade da livre circulação do conhecimento a partir da distribuição de informação online.

Além disso, elas são baseadas tecnologicamente em dois conceitos principais: o conceito da economia política da produção entre pares e o conceito da Cauda Longa. O primeiro conceito que envolve a economia P2P (peer do peer ou ponto a ponto) é do autor Michael Bauwens que em seu “A Economia Política da Produção entre Pares” afirma que à medida que os sistemas sociais, econômicos e políticos se transformam em redes distribuídas, surge essa nova dinâmica produtiva do modelo P2P. Esse modelo não é somente uma nova tecnologia da comunicação e sim trabalha como modelo de funcionamento de novos processos sociais e gera um terceiro modo de produção, de autoridade e propriedade e visa aumentar a participação generalizada de atores equipotenciais. Ou seja, é uma arquitetura de sistemas distribuídos caracterizada pela descentralização das funções na rede, onde cada nó realiza tanto funções de servidor quanto de cliente.

Esse modelo trabalha com três características principais, a primeira delas envolve a produção de valor de uso. Essa deve ser feita através da cooperação livre entre produtores que têm acesso a capital distribuído, ou seja, o seu produto reside num valor de uso dirigido a uma comunidade de utilizadores. A segunda característica envolve o modo de autoridade das redes P2P, essas trabalham com o chamado terceiro modo de autoridade que tem a administração da rede pela própria comunidade de produtores e não por uma hierarquia empresarial. Já a terceira característica evidencia que as redes P2P utilizam regimes de propriedade comum, isso através da disponibilização livre do valor de uso segundo um princípio de universalidade.

Foi essa arquitetura que possibilitou a distribuição de arquivos em rede, permitindo o acesso de qualquer usuário dessa rede a este recurso. E por esse motivo, as redes P2P são acusadas de ferir os direitos autorais, por disponibilizar arquivos sem a autorização dos proprietários do copyright. Para resistir ao copyright⁵ são possibilitadas novas formas de direito como o uso de licenças gerais públicas, como as licenças Creative

⁵ Compreendo por Copyright o direito exclusivo de imprimir, reproduzir ou vender obra literária, artística ou científica.



Commons. Essa é uma entidade sem fins lucrativos criada para permitir uma maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. A idéia é fazer com que um autor/criador permita uma utilização mais ampla de seus materiais, mas sem infringir as leis de proteção à propriedade intelectual. E assim permitir a livre distribuição da informação pela rede, como por exemplo em iniciativas midialivristas.

O segundo conceito que possibilitou a livre circulação da informação por meio da distribuição na internet é o da Cauda Longa do Chris Anderson. Este conceito aborda a mudança na economia, se antes o destaque era para os *blockbusters*, ou seja os mais vendidos, esse foco passa a ser direcionado ao mercado de nichos. Essa mudança gera uma economia da abundância isso porque se antes a produção e distribuição de produtos e conteúdos custa caro e é escassa, no mercado de nicho, com o uso da tecnologia é possível produzir de maneira mais fácil e barata, além disso, a web gera o acesso mais fácil a todos os produtos e não somente aos sucessos e a facilidade de busca fazem com que a demanda não se limite mais a poucos sucessos que antes eram disponíveis, para ter acesso a uma incontável gama de produtos e conteúdos selecionados para cada nicho. Esses são então os principais meios pelos quais se possibilita a livre circulação do conhecimento a partir da distribuição online.

2.2 A mídia somos nós

A multidão é carne viva que governa a si mesma. (Antonio Negri)

O conceito de multidão⁶ é de fundamental importância para o exame do processo comunicacional na contemporaneidade, uma vez que, enquanto conjunto de singularidades cooperantes, a multidão é a expressão da multiplicidade de subjetividades que compõe a sociedade. Vale ressaltar que é preciso reconhecer que a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação (e vice-versa como uma espiral).

Para Negri & Hardt (2005, p.258): “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, a sua comunicação social por sua vez produz o

⁶ O conceito de multidão, aqui transportado para a análise do aumento dos agentes no processo de produção comunicacional, foi cunhado por Antonio Negri e Michael Hardt e como definem os próprios autores: “A multidão é um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum”. “A multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos por todos.”



comum. A multidão é a subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha”. Ou seja, o motor da produção encontra-se na comunicação e na colaboração por meio da ação comum.

Durante a década de 90, a Internet vivia o modelo informacional das mídias em que se privilegiava a informação quantitativa áudio-visual, conforme apresentam Antoun e Malini (2010):

Na década de 1990, o uso da internet, associado às dinâmicas de produção e consumo de portais, transformou a rede num enorme laboratório da publicidade. E, de certa forma, até o final dos 90, a dinâmica de fragmentação, legitimada pela infinidades de redes de pequenos mundos centralizados, empurrava a web para uma experiência majoritariamente baseada no download de páginas, que deveriam – dentro da utopia de felicidade eterna da nova economia - se revelar, antes, como *start ups* de modelos empresariais do capitalismo de risco. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.1)

Nessa época, surge um dos principais programas de compartilhamento de arquivos em rede P2P, o Napster. Criado em 1998 por Shawn Fanning, o programa possibilitou a troca de arquivos entre pontos distintos, independente do lugar onde a conexão estivesse. O Napster disponibilizava milhares de arquivos de música em MP3 e foi também o primeiro a protagonizar um grande episódio de luta jurídica entre a indústria fonográfica e as redes de compartilhamento de música na internet. O Napster foi fechado, mas gerou diversas ferramentas similares (Emule, Kazaa, BitTorrent) que compartilham conteúdo, a idéia foi firmada e a distribuição de conteúdo online tem se tornado cada vez mais popular.

Nesse mesmo período, no ano de 1999 em Seattle, pela primeira vez um coletivo se organizou para cobrir um evento online. Buscando uma contra-partida ao monopólio midiático, a cobertura foi feita por meio de fotografias e textos dos protestos publicados diretamente na internet. Essa foi uma das primeiras experiências mundiais do uso da tecnologia. Em seguida, surge um novo modelo revolucionário de publicação, os blogs, iniciando a grande era das mídias cidadãs.

Para Dan Gillmor (2005), a genealogia das mídias cidadãs se localiza no 11 de setembro de 2001. Isso porque devido ao ataque ao *World Trade Center*, as pessoas passaram a procurar por informações nas redes de notícia através de atualizações (sobreviventes, corpos identificados e etc), entretanto essas não suportavam a demanda e não



informavam no tempo desejado pelos espectadores. “Na época, a audiência do MSNBC multiplicou por 10. A da Fox News, idem. Os usuários que ficavam nesses sites em torno de 3 segundos, ficaram no dia, entre 20 a 40 segundos” (MALINI, 2007, p. 242). Com o excesso de tráfego nos seus servidores, os portais de informação não conseguiam ficar estáveis e foi então por meio de mídias cidadãs, como blogs, que os leitores conseguiam muitas notícias sobre o acontecido. Isso foi um grande exemplo, para o autor o melhor exemplo de colaboração entre o jornalismo cívico (nome que usa para o jornalismo participativo) e os grandes meios de comunicação de massa.

O diferencial da cobertura blogueira nesse momento em relação as mídias tradicionais como rádio e televisão foi que os blogs traziam informações sobre quem se salvou, o que foi visto por quem estava por perto e etc... Eles de certa maneira, supriam a busca pelo conforto. E foi então a partir dessa data que a participação do leitor como produtor de informação passou a ser valorizada e a função de produtor/receptor de informação passa a ser ocupada por qualquer pessoa interessada em produzir ou receber conteúdo.

O 11 de setembro provocou que na Internet, começasse um movimento que, mais à frente, é apontado como evento fundador da recessão da mídia e da crise do jornalismo, já que a atenção do usuário – leitor, telespectador ou ouvinte – esteve em boa parte, durante o atentado, fragmentada em veículos que não somente das corporações midiáticas. (MALINI, 2007, p.246)

Grandes acontecimentos marcaram então o final da década de 90, do napster a Seattle, dos blogs até as mídias sociais, todos esses acontecimentos estão conectados e apontam que o ativismo em rede faz com que a rede opere de outra forma. Com esse ativismo, a rede se transmutou em um espaço mais colaborativo e possibilitou a produção de mídias livres. Se durante o início da década de 90 a rede estava nas mãos de grandes portais provedores de acesso e das grandes empresas de tecnologia, no início do século XXI, uma grande mudança atinge a internet. A rede passou a funcionar de maneira colaborativa, a revolução dos blogs gera a era dos mashups, o novo momento possibilita a qualquer um combinar dados de fontes, são diversas possibilidades criativas de produção e distribuição de informação e opinião.

Toda essa mudança porém gera desconforto aos portais tradicionais que tentam de toda maneira transformar os usuários produtores de mídias permanecerem dentro de limites regulados e conexões pré-estabelecidas, para então controlar toda a produção de



conteúdo. Dessa forma, é fundamental a geração de iniciativas midialivristas e de ciberativismo para por meio da produção e distribuição de informação conseguir resistir.

2.3 Configurações de Ativismo

“A atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede, contrapondo aquele pensamento de felicidade eterna da web comercial, que contaminava a economia e a política” (Bifo, 2005)

Como afirma Bifo, a troca de informações, localização de locais e pessoas, registros do cotidiano, promoção de ideologias ou conversações tem utilizado a tecnologia como meio de divulgação de idéias e manifestações. Isso ocorre porque através da rede (internet) os ativistas conseguem propagar uma idéia de maneira rápida e eficaz, além de poder exceder a estrutura de controle dos meios de massa.

Desde 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional usou a internet para organizar listas de discussão, transferências de arquivos e emails o ativismo social tomou proporções inimagináveis. Hoje, a disputa pelo controle da produção comum, protegida e partilhada pelos usuários da internet é objeto de conflitos entre o biopoder e o trabalho da multidão.

Esse ciberativismo tem possibilitado que os usuários alcancem uma alta visibilidade e ganhem destaque na agenda informativa. No Brasil, vários exemplos podem ser destacados: Um exemplo foi a campanha pela aprovação do Projeto Ficha Limpa, quando manobras começaram a aparecer para adiar a votação do projeto no Congresso, os usuários enviaram mais de 40 mil emails para cada deputado federal em exercício, tudo mobilizado pelas redes sociais, listas de emails e twitter, para pressionar a votação e depois novamente milhares de emails enviados para o Presidente Lula sancionar a lei.

Outro exemplo foi o uso do twitter durante a copa do mundo, os usuários brasileiros se mobilizaram na campanha “calabocagalvão”, criticando o comentarista esportivo da Rede Globo Galvão Bueno, foram milhares de tweets por dia durante duas semanas da copa colocando o tema em segundo lugar nos *World Top Trends* (TT), que são os assuntos mais comentados na semana dentre todos os tweets mundiais, o assunto foi divulgado em jornais mundiais como El Pais e New York Times.



Em termos globais, o caso mais estabelecido de ciberativismo envolveu o caso das eleições no Irã, em que ativistas se mobilizaram via SMS e twitter para entrar em choque com a polícia e se manifestar acusando fraude nas urnas na eleição de Ahmadinejad. A manifestação alcançou visibilidade e apoio globalmente devido ao uso do twitter como difusor dos acontecimentos no Irã.

Todos esses são exemplos preliminares da mobilização na rede, o interessante é destacar que as mídias sociais tem também coordenado a mobilização de causas, isso porque a narrativa coletiva traz autonomia e sobrevive devido a inteligência de enxame da rede, a biopolítica da multidão tem buscado construir mídia livres e autônomas.

3. Conclusão

O direito à reapropriação é antes e acima de tudo o direito à reapropriação dos meios de produção. (HARDT, NEGRI, 2006, p.430)

Como pontuam Hardt e Negri, uma das demandas políticas centrais da multidão é o direito a reapropriação dos meios de produção. Contemporaneamente, se reapropriar dos meios de produção significa fundamentalmente ter livre acesso a conhecimentos, informações, comunicação e etc. Isso porque são as máquinas de comunicação e informação as mais importantes no universo produtivo atual. Com a Internet, a possibilidade de criação de múltiplas formas de expressão se confronta então com aquela noção das empresas, de escolha entre os mundos pré-formatados. Isso porque a internet é o terreno comum de relação das singularidades, de existência das singularidades.

As mídias livres e colaborativas representam, portanto uma forma importante de resistência biopolítica dentro do campo da comunicação, uma resistência criativa, que não precisa negar a mídia corporativa, mas que se engaja na criação de uma possibilidade que conjuga toda uma rede de diferenças de multiplicidades. “A resistência está intimamente ligada ao investimento constitutivo no reino biopolítico e à formação de aparatos cooperativos de produção e comunidade”(HARDT, NEGRI,2006, p.437)



Dessa forma, podemos pensar que nós somos as mídias e, portanto os fazedores de mídia livre. A tecnologia de produzir informação está aberta a todos e os antes somente leitores se tornam colaboradores. Hoje há uma incorporação da linguagem midiática pela sociedade atual como, por exemplo, com o formato produção de informação por meio do jornalismo participativo ou com o uso de linguagens como o mashup. É preciso estar atento uma vez que as grandes mídias estão tentando de todas as formas dominar a internet e enquadrá-la no seu formato de controle da informação. É preciso resistir e a melhor forma de fazer isso é produzindo, é gerando iniciativas de mídia livre e de distribuição de informação.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa: do mercado de massa para o mercado de nicho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: arte e política, magia e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTES, Ivana. **Redes colaborativas e precariado produtivo**. In: Le Monde diplomatique. (Org.). Caminhos para uma comunicação democrática. 1 ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007, v. 2, p. 09-127.

BIFO, Franco. **A fábrica da infelicidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRUNO, Fernanda. **Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas**. Fronteiras. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 153-159, maio/agosto. 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I - a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT; Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.

MALINI, Fábio. FROSSARD, Flávia. **Mídias Cidadãs: Um estudo comparativo da produção colaborativa nos jornais online, O Globo, El País e CNN**. Intercom: 2008.

MALINI, Fábio. **O Comunismo das Redes: sistema midiático p2p, cooperação em rede e novas políticas de comunicação na Internet**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Escola de Comunicação: 2007.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Ed. Record, 2001.



HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão**, guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Documentos Retirados da Internet:

BAUWENS, Michael. **A Economia Política da Produção entre Pares** em <http://www.p2pfoundation.net/>. Acessado em 01/10/2009.

BENTES, Ivana. **Aspectos Biopolíticos do Estético** em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0901-1.pdf>>. Acessado em 03/10/2009.